

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

DISCIPLINA: PSICOLOGIA NAS ORGANIZAÇÕES
RESUMO
O aprofundamento do conceito e definição de ciência não é o propósito desta disciplina, mas para o melhor encadeamento de ideias e padronização de conceitos que serão úteis no decorrer dos capítulos, falaremos da visão comum de ciência e como a psicologia tornou-se um campo de estudo científico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ABORDAGENS DA PSICOLOGIA TEORIAS PSICOLÓGICAS A PSICOLOGIA E OS PROCESSOS DE TRABALHO ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL
AULA 2 INTRODUÇÃO PROCESSOS ORGANIZACIONAIS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E PSICOLOGIA DO TRABALHO
AULA 3 INTRODUÇÃO PERCEPÇÃO HUMANA ATITUDE E AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS A MOTIVAÇÃO HUMANA LIDERANÇA
AULA 4 INTRODUÇÃO MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS A APRENDIZAGEM O PODER E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E A MUDANÇA
AULA 5 INTRODUÇÃO PERSONALIDADE CONHECIMENTO (CIÊNCIA) E AUTOCONHECIMENTO METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERFIL
AULA 6 INTRODUÇÃO SAÚDE NO TRABALHO PSICOSSOMÁTICA

ESTRESSE DOENÇAS CRÔNICAS RELACIONADAS AO TRABALHO
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Livro 2.• CHIBENI, S. S. O que é ciência? 2006. Notas de aula. Disponível em: http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf Acesso em: 16 jul. 2019.• GAZZANIGA, M. Ciência psicológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

DISCIPLINA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DIFERENTES NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO
RESUMO
Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA METODOLOGIAS ATIVAS
AULA 2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020
AULA 3 O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE ATENDIMENTO ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO
AULA 4

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AULA 5

ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA

AULA 6

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU CURRICULAR

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, M. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.
- FEUERSTEIN, R.; RAND, Y; FEUERSTEIN, R. S. You love me! Don't accept as I am. Jerusalem: ICELP, 2006.

DISCIPLINA:

PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E A JUVENTUDE MARCOS REGULATÓRIOS DO ECA

RESUMO

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989

CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS

PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO

AULA 2

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

AULA 3

A DOUTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES

PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE

PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AULA 5

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AULA 6

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA

A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>.
- BRASIL. Portal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Conanda. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>.
- FERREIRA, L. A.; DOI, C. T. A proteção integral das crianças e dos adolescentes vítimas. Ministério Público do Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1222.html>. Acesso em: 2 jan. 2019.

DISCIPLINA:

TEMAS CONTEMPORÂNEOS: DA DIVERSIDADE DE GÊNERO À FAIXA GERACIONAL

RESUMO

A disciplina aborda com mais amplitude os temas de diversidade, diferença, e questões culturais e sociais contemporâneas, como gênero, sexualidade, relações raciais e étnicas, relações etárias e geracionais e educação especial. Tais questões estão no centro de muitos debates atuais. Pensar as diferenças a partir de uma perspectiva plural é fundamental para todos (as) que se debruçaram a estudar qualquer área das humanidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITUAR A DIVERSIDADE
OS DEBATES DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO
ESTABELECIDOS E EXCLUÍDOS – SITUANDO A DIFERENÇA
ENTENDENDO ALTERIDADE, DIVERSIDADE, DIFERENÇA E CULTURA
DIVERSIDADE NA LDBEN

AULA 2

O QUE É GÊNERO?
O QUE É SEXUALIDADE?
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO
GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA
CONQUISTAS PARA O FUTURO

AULA 3

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL
AS DIFERENTES RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SALA DE AULA
CONQUISTAS PARA O FUTURO

AULA 4

QUESTÕES DE CLASSE E DE STATUS
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
CAMPO E CIDADE
CURRÍCULOS E PROJETO PEDAGÓGICO
CULTURA E AS DIFERENÇAS DE CLASSE

AULA 5 EDUCAÇÃO ESPECIAL EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DIFERENÇAS GERACIONAIS POLÍTICAS DE INCLUSÃO A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR
AULA 6 REPENSANDO A DIVERSIDADE RELACIONAR OS TEMAS DISCRIMINAÇÃO E EDUCAÇÃO BULLYING E O ESPAÇO ESCOLAR A ATUAÇÃO EM SALA DE AULA
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● CORREA, R.L.T. Cultura e Diversidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.● MICHALISZYN, M.S. Educação e diversidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.● PAULA, C.R. Educar para a diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DISCIPLINA: MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL
RESUMO
Os movimentos sociais como organizações coletivas cujo objetivo é a defesa e luta por direitos humanos, sociais, civis, políticos, culturais etc. surgem a partir de conflitos inerentes à implantação e desenvolvimento da sociedade capitalista e a sociedade civil. Aqui é importante ter claro que quando nos referimos à sociedade capitalista, estamos falando também do Estado, de toda a estrutura que o compõe, ou seja, dos poderes executivo, legislativo, judiciário e seus órgãos representativos. Mas, afinal, o que são movimentos sociais? Durante toda esta disciplina, iremos debater assuntos que nos levam à compreensão dos conceitos a eles associados com base em diversos teóricos, mas é importante já termos em mente uma breve definição a seu respeito. Por movimentos sociais entende-se a união de um coletivo social organizado a partir de objetivos comuns para realizar ações estratégicas como forma de defender/lutar por uma causa, como a luta pela moradia ou pela reforma agrária. Outro ponto significativo a ser considerado é a dimensão de classe social, ou seja, com qual classe social determinado movimento social se identifica. Baseado nesses breves conceitos, podemos então perguntar: qual é a relação entre Serviço Social e movimentos sociais? Entender essa relação, assim como a importância de estudar os movimentos sociais para a formação do(a) futuro(a) Assistente Social, exige que falemos um pouco sobre o posicionamento ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 POR QUE COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS? PRECISAMOS COMPREENDER A SOCIEDADE CAPITALISTA SOBRE O PAPEL DO ESTADO COMO REGULADOR DA VIDA SOCIAL PRECISAMOS ENTENDER A “QUESTÃO SOCIAL” LUTAS DE CLASSES E LUTAS SOCIAIS
AULA 2 MOVIMENTOS SOCIAIS E REVOLUÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFINIÇÕES

DIFERENÇA ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO
CLASSES SOCIAIS E SUJEITOS DE TRANSFORMAÇÃO
EMANCIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

AULA 3

A BUSCA POR UM POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO
A RUPTURA COM A HERANÇA CONSERVADORA NO SERVIÇO SOCIAL
COMO O SERVIÇO SOCIAL CONTRIBUI PARA AS LUTAS SOCIAIS
TERCEIRO SETOR COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
O FORTALECIMENTO E A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

AULA 4

ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL
A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A DEMOCRACIA
SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGIAS DE APOIO E AÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS
SERVIÇO SOCIAL E ASSESSORIA AOS SETORES POPULARES

AULA 5

DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR PÓS-ANOS 1990
O CARÁTER PEDAGÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES COM AS LUTAS SOCIAIS
O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO CONSTITUTIVA DA CLASSE TRABALHADORA
O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS LUTAS SOCIAIS POR DIREITOS HUMANOS
SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO NEGRO E ANTIRRACISMO

AULA 6

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA
A LUTA POR DIREITOS DO MOVIMENTO LGBTQIA+
A LUTA SOCIAL DO MTST
MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA – A UNMP
MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA: O MST

BIBLIOGRAFIAS

- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social de 1993. 10. ed. rev. e atual. Disponível em: http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.
- FERNANDES, W. P.; AQUINO, A. E. C. Movimentos sociais: um apanhado geral de sua influência e sua importância para o Serviço Social. Curitiba: InterSaberes, 2016.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortêz, 2011.

DISCIPLINA:

COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

RESUMO
A comunicação é uma condição essencial para nossa vida. Sem ela não há cooperação, motivação, gestão ou qualquer outra coisa que exija o mínimo de organização para ser feito. Qualquer relação e/ou interação humana é composta por uma rede de comunicação. Se a comunicação falha, uma parte da interação humana falha também. Diante disso, a disciplina Comunicação, Liderança e Relações Interpessoais, pretende transformar o acadêmico em um comunicador embasado e pronto para expor, de forma clara, os seus ideais. A boa comunicação vai muito além de falar bonito, com voz bem impostada e com uma dicção perfeita. Envolve o domínio de diversas técnicas e compreensão de inúmeros fatores que fazem parte da comunicação pessoal, que serão trabalhados ao longo dos materiais propostos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 2 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 3 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 4 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 5 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● PINA E CUNHA, et al. Manual do Comportamento Organizacional e Gestão. 8. ed. Lisboa: RH Editora, 2016.● AVOLIO, B. J.; MHATRE, K. H. Advances in theory and research on authentic leadership. In: CAMERON, K. S.; G. Spreitzer (Eds.). The Oxford handbook of positive organizational scholarship (p. 773-783). Oxford: Oxford University Press. 2012.● REGO, A. Comunicação pessoal e organizacional: teoria e prática. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2013.

DISCIPLINA:
DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO
RESUMO
Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?
DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS
VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS
TENSÕES FUNDAMENTAIS
DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

AULA 2

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS
AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)

AULA 3

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)
EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)
ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA
PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?
AS TELAS E OUTROS APARATOS MIDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL
“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?
BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- ARENDT, H. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS
MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO

DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO

NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE

TRATADOS

AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL

A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>. Acesso em: 9 set. 2019.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É ÉTICA?

FUNDAMENTOS DA ÉTICA

ÉTICA NA HISTÓRIA

ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE

TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE CIDADANIA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO

DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS

IMIGRANTES E REFUGIADOS

POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO

INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>.
- CACHICI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>.
- MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DISCIPLINA:

GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais,

familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES

CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO

TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS

A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2

INTRODUÇÃO

NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS

ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS

A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS

CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO

O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO

O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO

EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)

A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM

CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM

CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DISCIPLINA:

PSICOLOGIA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

RESUMO

A área de comportamento organizacional tem sido cada vez mais levada em conta na hora de se estudar o funcionamento de uma organização e a maneira como esta desenvolve suas estratégias de atuação no mercado. Ao demonstrar que quem faz uma organização funcionar são as pessoas e não apenas os números, esta disciplina integra conceitos de administração e de psicologia para evidenciar como as pessoas – em grupo ou individualmente – podem influenciar seus ambientes de trabalho e, por consequência, seus resultados almejados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO

ABORDAGENS DA PSICOLOGIA

CAMPOS DE ATUAÇÃO E OBJETO DE ESTUDO DA PSICOLOGIA

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

A PSICOLOGIA E O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

AULA 2

O INDIVÍDUO PARA A PSICOLOGIA

A IDENTIDADE

A PERSONALIDADE

OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO MUNDO QUE NOS CERCA

SENTIMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO

AULA 3

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O INDIVÍDUO
MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO COM O TRABALHO
INSATISFAÇÃO PROFISSIONAL
DIAGNÓSTICO DA INSATISFAÇÃO COM O TRABALHO
DOENÇAS PROFISSIONAIS

AULA 4

OS GRUPOS EM ORGANIZAÇÕES
LIDERANÇAS EM ORGANIZAÇÕES
CONFLITOS ORGANIZACIONAIS
GRUPOS E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO
GRUPOS E O PROCESSO DE FEEDBACK

AULA 5

O QUE É COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL?
COMPORTAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES
CAMPOS DE ESTUDO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
PODER E POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES
CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL

AULA 6

ADMINISTRAR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CRISE
ADMINISTRAR A DIVERSIDADE
ORGANIZAÇÕES INTERCULTURAIS
ESTÍMULO À INOVAÇÃO E MUDANÇA
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- CAMPOS, Keli C de L. et al. Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção científica na última década. Scielo. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932011000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 07 ago. 2015. Codo, W. (1997). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J. Borges-Andrade & W. Codo (Eds.), Trabalho, organizações e cultura (pp. 21-40). São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados.
- DORON, R.; PAROT, F. (orgs.) Psicologia Clínica. Dicionário de Psicologia. Vol. I. São Paulo: Ática, 1998.
- GOULART, Barbosa Iris. Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. Casa do Psicólogo, 1998. Disponível no endereço: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2015.

DISCIPLINA:

TOMADA DE DECISÃO E INTUIÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina você conhecerá determinadas áreas em seus aspectos neurológicos e sociais. Vai ter acesso a estudos que sugerem que certas experiências conhecidas como intuição talvez sejam parte de sua forma comum de funcionar no dia a dia, enquanto, em outras situações, expressam fenômenos não bem compreendidos pela ciência – e, por isso, chamados de anômalos. Verá como podemos nos enganar com uma simples decisão, e os atalhos que frequentemente tomamos ao decidir. Vai pensar sobre o papel da intuição no meio organizacional, em particular com relação ao empreendedorismo e à inovação. Vai, ainda, conhecer os resultados de estudos que se propuseram a treiná-la!

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

INTUIÇÃO

INTUIÇÃO E EMOÇÃO

INTUIÇÃO NÃO-LOCAL OU ANÔMALA (INTUIÇÃO-PSI)?

UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE INTUIÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

PROCESSAMENTO NÃO CONSCIENTE E TOMADA DE DECISÃO: NOVAMENTE A INTUIÇÃO?

ASPECTOS NEUROLÓGICOS DA INTUIÇÃO

ASPECTOS SOCIAIS DA TOMADA DE DECISÃO

TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DO CONSUMO

AULA 3

INTRODUÇÃO

DISPONIBILIDADE, ERROS LÓGICOS, ÂNCORA

ENQUADRAMENTO E OTIMISMO

AVERSÃO A PERDAS, EFEITO DA AQUISIÇÃO E VIÉS DO STATUS QUO

CEGUEIRA PARA OS VIESES: O QUE FAZER?

AULA 4

INTRODUÇÃO

SEU PAPEL NA ADMINISTRAÇÃO

ALGUMAS PESQUISAS SOBRE INTUIÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

OCUPAÇÕES DE RISCO

INTUIÇÃO NO ENSINO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A MENTE AMBIDESTRA

O EMPREENDEDOR INTUITIVO

PRONTIDÃO, EXPERTISE E CRIATIVIDADE

APLICANDO A INTUIÇÃO: VISÃO E VISIONAMENTO

AULA 6

INTRODUÇÃO

MELHORAR A COMPETÊNCIA INTUITIVA?

INTUIÇÃO-PSI OU ANÔMALA: É POSSÍVEL TREINAR?

GRUPOS DE TREINAMENTO DE INTUIÇÃO-PSI

NEUROLIDERANÇA INTEGRAL: O MODELO INLEAD

BIBLIOGRAFIAS

- BECHARA, A.; DAMÁSIO, A. The somatic marker hypothesis: A neural theory of economic decision. *Games and Economic Behavior*. n. 52, p. 336–372, 2005.
- CARDENÃ, E.; LYNN, S. J.; KRIPPNER, S. (Ed.). *Variedades da experiência anômala: análise das evidências científicas*. São Paulo: Atheneu, 2013.

- KAHNEMAN, D. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

